

Pela linha reta

A renegociação da dívida externa do Brasil, a longo prazo, passa pelo viaduto da troca de governo, em março do ano que vem. De preferência, governo legitimado pela sociedade civil, seja através da eleição direta do presidente da República, seja por meio de uma solução de compromisso, com data marcada, eleição indireta atrelada a uma emenda constitucional pró-direta futura.

Ou na proposta intermediária do cientista político Hélio Jaguaribe: o imediato saneamento do Colégio Eleitoral da indireta, com a depuração de uma verdade aritmética informada pela vontade nacional das urnas de 1982. Jaguaribe vota na direta, mas lembra que a indireta pode até ser legítima, desde que o colégio eleitoral seja legítimo.

No caso brasileiro, o colégio nasceu viciado.

★

A legitimação popular do governo, descartada a sacralidade da democracia representativa, é fundamental para a superação da crise brasileira nos planos do econômico e do social.

O doente deve acreditar no médico e apostar no remédio do médico. Sem essa credibilidade, o doente vomita o remédio. Tanto mais, remédio transfigurado em veneno, por cochilo de dose. O lembrete é do ex-ministro Karlos Rischbieter:

"A melhor política econômica do mundo, capaz de recolocar a economia nos trilhos da expansão do produto e do emprego, com estabilidade do preço, não sairá do papel se não desfrutar de um mínimo de credibilidade social, tanto dos agentes como dos pacientes da vida econômica. No momento brasileiro, clímax da crise geral, essa credibilidade dos governados na competência dos governantes terá de ser construída a partir da legitimação do processo eleitoral. Se essa legitimação contentar-se com a indireta, tudo bem, o Brasil segura as pontas até 1990. O atalho seguro estaria na eleição direta do presidente, povo assumindo na urna a responsabilidade de salvar o Brasil. Na pior das hipóteses, a responsabilidade de errar sozinho e de pagar pelo erro, sem choro nem vela."

★

O mesmo pano de fundo do teatro político recorta o novo perfil da dívida externa. Em termos técnicos, bancários ou físicos, o Brasil tenta segurar o rabo-de-foguete de uma dívida não mais administrável.

No prazo contratado e a juro de mercado — nem com Santa Edwiges, padroeira do endividado, assumindo a presidência do Brasil encalacrado.

★

Insistir na "rolagem" da dívida pela manipulação diária da rotina bancária é ofuscar-se com a miragem no deserto e aprofundar a marcha batida do Brasil na direção do abismo. O lado credor deve ter enxergado o absurdo, mas será o último a admiti-lo. Bem ao contrário, deve continuar pisando no tubo de oxigênio da galinha dos juros de ouro, submetendo o devedor exaurido ao mesmo "training" do cavalo inglês da anedota, o que morreu de fome quando aprendeu a ficar sem comer.

Para os bancos americanos, europeus e japoneses, o Brasil pode pagar a dívida na data certa e na taxa do dia. Compete ao Brasil demonstrar o contrário, sem esse "doping" meramente escritural do "jumbo" de US\$ 6,5 bilhões.

Mais que a simples renovação do "papagaio", em regime de mendicância, contrato engasgado por menos de 0,5% do valor total, o Brasil precisa de energia para respirar, para trabalhar, para importar, para investir, para sobrenadar.

★

Sobreviver no limite de tolerância do serviço não mais sustentável da dívida

(intenção dos credores obtusos) é uma opção política detestável sob o disfarce da decisão técnica.

Revigorada politicamente por um governo novo, legitimado pelo povo, a Argentina assumiu, unilateralmente, uma moratória de meio ano, verdadeira parada técnica para o reabastecimento das previsões de bordo. Sem alarde nem bravata, mereceu a compreensão dos credores e inaugura, na próxima semana, a rodada de negociações para o que os argentinos chamam, apropriadamente, de "reestruturação" da dívida externa na bitola da capacidade de pagamento do país.

Também na semana que vem, o governo agora eleito da Venezuela recomeça a renegociação da dívida a partir da estaca zero.

★

Terá o Brasil, ainda este ano, condição técnica e condição política de optar por essa moratória negociada?

Até agora, o governo brasileiro não ousou testar a possibilidade. Tanto é verdade, que estamos há duas semanas enrascados no rabicho de US\$ 60 milhões para o fechamento do jumbo de US\$ 6,5 bilhões. Já imaginaram tamanha capitulação, essa de atrelar a tomada de decisão interna (dos governantes e dos empresários) a um capricho residual postado no depois da virgula?

Um industrial de São Bernardo do Campo me confidenciou na segunda feira:

"A programação de 84, que começa pela nova campanha de propaganda (montada e aprovada desde novembro), está aguardando o sinal verde do tal de jumbo. Todo santo dia abro o jornal pra saber se devo ou não devo iniciar o baile, reativando a fábrica. Pelo menos 415 empregos diretos estão na fila, aguardando meu chamado. Os fornecedores também tomam o chá de cadeira, na espera da encomenda. Pela natureza do meu negócio, do meu produto ou do meu mercado, que depende de alguns componentes importados, prefiro aguardar alguma luz no fim do túnel das contas externas. Estou imobilizado pelo jumbo desde novembro."

★

Para Antônio Barros de Castro, titular de Política Econômica da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Brasil bem que poderia encarar a moratória negociada, brandindo, como manobra de pressão, a possibilidade técnica da moratória unilateral ou não negociada.

A viabilidade técnica (e não apenas política) da moratória unilateral é demonstrada por Antonio Barros de Castro em um ensaio publicado na edição de dezembro da revista "Ciência Hoje", editada pela SBPC — Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Quem duvidar da proposta do economista, que confira seu demonstrativo na banca de jornal da esquina. O exemplar custa um chope.

De sobremesa, o leitor descobre, no mesmo exemplar, a força do milho híbrido, a teoria matemática da percolação, a prospecção das estrelas que mudam de cor, o perfil político relativamente estável do eleitor brasileiro, a política nacional de informática e, de quebra, um cupão de inscrição para o 1º Concurso do Inventor Nacional, apadrinhado pela comunidade dos cientistas, os que já são do ramo.

★

Para ficar no meu galho: Antônio Barros de Castro informa aos oradores do comício das diretas, esta tarde, em São Paulo, que a moratória unilateral é uma decisão política tecnicamente viável — para não dizer a única.

O Brasil tem lastro físico para driblar o risco político.